

## **A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DOS COORDENADORES DE CURSO**

Rosiane Oliveira de Amorim (UFAL)

rosianneamorim@gmail.com

Stephanie Pimentel Gomes (UFAL)

stephanie\_pimentel@hotmail.com

Neiza de Lourdes Frederico Fumes (UFAL)

neizaf@yahoo.com

### **RESUMO**

A Educação Inclusiva pressupõe a garantia de acesso, participação efetiva e aprendizagem de todos os alunos, indiscriminadamente e constitui-se como um movimento recente para as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Também é importante dizer que as conquistas alcançadas até o momento se deram através de lutas históricas daqueles que ao longo de muitos anos se encontra(va)m excluídos ou marginalizados desse espaço educacional e que ainda há muito que ser feito para ampliar a inclusão neste nível de ensino. Os Núcleos de Acessibilidades das IES constitui-se em um dos apoios propostos para colaborar na construção de universidades mais inclusivas. Na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Núcleo de Acessibilidade (NAC), vinculado ao programa INCLUIR/MEC, desempenha atividades que visam garantir equiparações de oportunidades ao(à) universitário(a) com deficiência na instituição. Nesse contexto, entendemos que o coordenador pedagógico é um importante facilitador para que ocorra a inclusão efetiva nas IES, pois ele poderá orientar à equipe de professores na prática educativa sobre a inclusão na sala de aula. Sendo assim, objetivamos verificar a opinião dos coordenadores dos cursos da referida universidade sobre a inclusão de universitários(as) com deficiência. Para tanto, foi enviado um questionário online aos coordenadores dos cursos ofertados nos diferentes campi da instituição, que foi preenchido por 41 deles. As respostas obtidas foram submetidas à análise de conteúdo e os dados apontam para as dificuldades dos coordenadores para atender as especificidades do público alvo da Educação Especial, sendo que a maioria (n=37) informou não se sentir capacitada e desconhecia os recursos específicos para o apoio do aluno com deficiência. Diante disso, constatamos que é fundamental a capacitação de coordenadores pedagógicos, que a partir do apoio mútuo, se apoderem de estratégias facilitadoras que contribuam para a legítima inclusão dos universitários(as) com deficiência.

**Palavras-chaves:** Educação Inclusiva. Ensino Superior. Docência.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva pressupõe a garantia de acesso, participação efetiva e aprendizagem de todos os alunos, indiscriminadamente e constitui-se como um movimento recente para as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

Também é importante dizer que as conquistas alcançadas até o momento se deram através de lutas históricas daqueles que ao longo de muitos anos se encontra(va)m excluídos ou marginalizados desse espaço educacional e que ainda há muito para ser feito para ampliar a inclusão neste nível de ensino.

O Brasil, sendo signatário das Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e de Salamanca (ONU, 1994), instalou um processo de profundas transformações na educação. Sendo assim, uma gama de diretrizes e marcos legais foram aprovados para garantir o direito à educação a todos os brasileiros, dentre elas destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, a Lei nº 10.436/2002 que reconhece a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, entre outros.

No que se refere ao ingresso de alunos com deficiência na educação superior segundo os dados divulgados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as matrículas de alunos com deficiência na educação superior aumentaram quase 50% nos últimos quatro anos, sendo a maioria em cursos de graduação presenciais. Em 2010, eram pouco mais de 19 mil, enquanto em 2013 passou para quase 30 mil alunos (INEP, 2014).

Nesse contexto, defende-se a necessidade de ações voltadas para universalização do acesso em todos os níveis de ensino. Logo, ações educativas junto a estudantes com necessidades educacionais especiais na educação superior é uma questão de democracia e cidadania (CASTANHO; FREITAS, 2005)

Para tanto, os Núcleos de Acessibilidades das IES constitui-se em um dos apoios propostos para colaborar na construção de universidades mais inclusivas. Estes são subsidiados pelo Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior do Ministério da Educação, e tem como principal objetivo garantir a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2013).

Na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Núcleo de Acessibilidade (NAC), vinculado ao programa INCLUIR/MEC, desempenha atividades que visam garantir

equiparações de oportunidades ao(à) universitário(a) com deficiência na instituição, promove ações que busquem a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas e de comunicação, para que deste modo se assegure o acesso, a permanência e a aprendizagem, com qualidade e na máxima medida de suas possibilidades ao/à universitário/a com deficiência. Além disto, desenvolve ações que fomentem uma convivência norteada pelo respeito às diferenças na comunidade acadêmica e uma formação profissional qualificada para o atendimento da pessoa com deficiência.

No contexto apresentado, entendemos que o coordenador pedagógico é um importante facilitador para que ocorra a inclusão efetiva nas IES, pois ele poderá orientar à equipe de professores na prática educativa sobre a inclusão na sala de aula. Lira (2012) argumenta que o coordenador pedagógico pode contribuir no processo de inclusão acompanhando as práticas docentes, na medida em que pensa e planeja ações para mediar as estratégias pedagógicas a serem desenvolvidas pelo professor. Assim, o coordenador pedagógico torna-se um elo entre os diversos integrantes da comunidade escolar.

Em face dessas considerações, objetivamos verificar a opinião dos coordenadores dos cursos da Universidade Federal de Alagoas sobre a inclusão de universitários(as) com deficiência, buscando conhecer as dificuldades e as necessidades apontadas na referida instituição.

## **2 METODOLOGIA**

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa, conforme explica Ludke e André (2013) envolve a obtenção de dados descritivos que enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar perspectivas dos participantes.

A investigação teve início no primeiro semestre de 2015, com coordenadores dos 111 cursos presenciais distribuídos em diferentes campi da Universidade Federal de Alagoas e dos 11 cursos oferecidos na modalidade à distância da mesma instituição. O primeiro procedimento tomado foi obter, junto ao sistema acadêmico, os emails dos coordenadores que atuam nessa instituição.

Sendo assim, para o início da coleta de dados os coordenadores foram contatados por meio de email, no qual foram explicitados os objetivos do estudo, solicitando a colaboração destes para a execução da pesquisa. Os coordenadores que aceitaram fazer parte do estudo eram direcionados por meio de endereço eletrônico presente no email para o questionário na ferramenta Google Docs.

Dessa forma, os dados foram coletados através de um questionário orientado por 16 questões que abordou, essencialmente, dimensões sobre a Educação Inclusiva, tais como: informação sobre a formação acadêmica e exercício da profissão, formação e experiência na área da Educação Especial/Inclusiva, condições necessárias para realização de inclusão, informações sobre alunos com deficiência entre outros.

Obtivemos o retorno de 41 questionários, dos quais 39 foram respondidos por coordenadores de cursos presenciais e 2 de cursos à distância. No grupo, a maior parte apresentou um longo período de serviço à universidade, de 5 a 29 anos de exercício no ensino superior e, a maioria atua como coordenador(a) entre 1 a 4 anos. É importante considerar que os dados refere-se a data da coleta.

Para interpretação de dados, optamos pela análise de conteúdo, conforme Minayo (2003) esta técnica visa verificar hipóteses e/ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto.

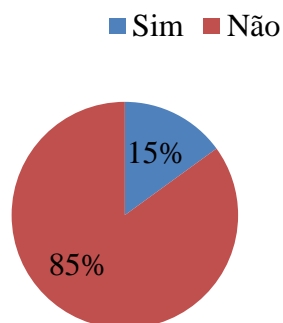
### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na apresentação dos dados dessa pesquisa, colocamos recortes das respostas dadas pelos coordenadores para melhor compreender os resultados encontrados. Ressaltamos que os dados numéricos tiveram como objetivo apoiar as informações levantadas.

Quanto à formação educacional dos participantes, identificamos que 27 possuem pós-graduação *stricto sensu* e os demais possuem graduação e/ou especialização na área que atuam.

No que concerne formação de coordenadores na área de Educação Inclusiva, a maioria informou não ter formação ou experiência na área da educação inclusiva. Somente 15% (6 coordenadores) informaram ter algum tipo de experiência na área, seja em participação de programas de capacitação ou contato com pessoas com deficiência. Esses dados estão no gráfico a seguir:

### Gráfico 1. Experiência e/ou formação de coordenadores na área de Educação Inclusiva



*Fonte:* Elaborado pelos autores

Diante dos dados, notamos que a formação e a experiência dos coordenadores pedagógicos na área de educação inclusiva eram reduzidas e que essa condição interfere no processo de inclusão de universitários com deficiência, mas vale destacar:

a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente. (NASCIMENTO, 2009, p. 6)

Além disso, para a efetiva inclusão na educação superior é necessário o envolvimento de todos que compõem o quadro de funcionários. Sendo assim, docentes, coordenadores pedagógicos e técnicos administrativos desempenham papéis distintos, mas que a partir do apoio mútuo, podem se empoderar de estratégias facilitadoras que contribuam para a legítima inclusão dos(as) universitários(as) com deficiência. Nessa direção, investigamos junto ao coordenador do curso sobre a formação do corpo docente vinculado ao curso, se estes possuem formação específica para ensinar alunos com deficiência.

Segundo 21 coordenadores de cursos de graduação os professores não tinham formação específica para ensinar alunos com deficiência, ao passo que 15 coordenadores não tinham essa informação.

Neste contexto, Castanho e Freitas (2006) consideram que qualificar o profissional da educação superior é indispensável, visto que, ao longo de sua trajetória como docente, ele poderá defrontar-se com um aluno que apresente alguma necessidade educacional especial que exija uma preparação que vai além do conhecimento científico.

No que se refere aos coordenadores pedagógicos, concordamos com Sant'ana (2005) que ao tratar sobre as funções do gestor escolar evidencia que tem papel primordial para efetivar a construção do projeto de inclusão. Este deve tomar providências essenciais, tais

como, o estímulo à capacitação de professores, o fornecimento de apoio às interações e, ainda a disponibilização dos meios e recursos para a integração dos alunos com necessidades educacionais especiais. Essas funções são semelhantes às desempenhadas pelo coordenador de curso, de modo podemos refletir sobre o seu importante papel na promoção da inclusão em seu curso.

Além disso, observamos que a alguns coordenadores acreditavam que a universidade não estava preparada para receber alunos com deficiência. A esse respeito os coordenadores declararam:

Considero muito precário, tendo em vista que, a partir dessa experiência foi possível perceber que a universidade não se prepara para todos e quando surge uma demanda específica, a estrutura não está preparada. Isso é complicado porque toma essa demanda como algo individual e não como um direito de todos. (Coordenador do curso 13).

O nosso prédio apresenta grandes deficiências estruturais, que se refletem também em precária acessibilidade para pessoas com alguma deficiência motora. O processo de inclusão, logicamente é fundamental no desenvolvimento da nossa cidadania, e a universidade, como ambiente do conhecimento e da vanguarda do pensamento, tem a obrigação de, no mínimo, reduzir tais limitações. (Coordenador do curso 28).

Neste sentido, Pimentel et al (2012), ao investigarem como a inclusão tem sido assegurada aos jovens na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), concluíram que a inclusão de jovens com deficiência na educação superior ainda enfrentava muitos desafios, sendo necessário ações que eliminem os diversos tipos de barreiras existentes no âmbito acadêmico: arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e comunicacionais. Para os autores, além de garantir o acesso, para realmente incluir faz-se necessário oferecer condições para que o estudante permaneça.

Em se tratando de recursos e equipamentos para atender alunos com deficiência, verificamos que 27 coordenadores informaram não ter disponíveis esses recursos. Isso pode ser melhor percebido em alguns dos recortes apresentados a seguir:

(...) não possuímos nem recursos humanos nem técnicos em nosso Curso para lidar com tais situações. Entretanto, vale a pena salientar que há um grave problema de acessibilidade na UFAL como um todo, e isso implica problemas de locomoção e de uso do espaço público. Faltam: rampas de acesso, ônibus e banheiros adaptados, elevadores, mais livros em braille, Professores nas mais diversas áreas com formação específica para atender esse público (LIBRAS, por exemplo) etc. (Coordenador do curso 33)

(...) quando o aluno com necessidade ingressou no curso foram buscados recursos, mas de forma emergencial (mesa para anotações na sala de aula) e

ainda nem todas as demandas foram atendidas (rampas de acesso, sanitários adaptados e em funcionamento). Atualmente estou com o relatório do Núcleo de Acessibilidade em mãos e encaminharei para a Direção da Unidade.” (Coordenador do curso 13)

Desta forma, notamos que é marcante nestas falas a questão da falta de acessibilidade. Em contrapartida, alguns instrumentos legais visam a efetivação do direito da pessoa com deficiência, a exemplo temos o decreto n.º 5296/2004 que determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, devem proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Evidenciamos que alguns coordenadores informaram não saber avaliar o processo de inclusão ou preferiram não responder, sendo que a maioria (n=37) informou não se sentir capacitada e desconhecia os recursos específicos para o apoio do aluno com deficiência. Em alguns relatos foi comum coordenadores se eximir dessa responsabilidade, além da crença que para se efetivar a inclusão basta acessibilidade arquitetônica, conforme verifica-se nos relatos que se seguem:

Uma política realmente cidadã e inclusiva a ser aplicada com esmero pela gestão superior da universidade. Me estranha que eu, um mero coordenador de curso, seja a pessoa a responder sobre questões estruturais, de acessibilidade e inclusivas. Penso que deficientes precisam apenas de infraestrutura e adaptações para o seu deslocamento para poder aplicar sua força de trabalho (Coordenador do curso 28).

No momento nada, pois ainda não apareceu demanda. (Coordenador do curso 20).

Diante do exposto, compreendemos que além da acessibilidade arquitetônica, é necessário garantir acessibilidade pedagógica. Oliveira (2011) aponta que a maioria das pesquisas que trataram da inclusão e permanência de alunos com deficiência nas Instituições de Ensino Superior deu grande destaque às barreiras atitudinais e pedagógicas, tidas pelos estudantes, como mais importantes que os aspectos físicos e técnicos.

A respeito de informações sobre o público alvo da educação especial, 9 coordenadores informaram possuir alunos com deficiência matriculado no curso. Essa informação é de grande valia para o Núcleo de Acessibilidade que faz o mapeamento de universitários com deficiência para contatá-los e *a posteriori* levantamento de demandas. Todavia, é importante colocar que ao analisarmos o banco de dados do Núcleo de Acessibilidade, verificamos alunos com deficiência que não foram identificados pelo coordenador do curso, indicando a

necessidade de uma interlocução mais efetiva entre a coordenação do curso e os alunos com deficiência.

Sobre uma proposta de efetiva inclusão, foi recorrente entre as respostas dos coordenadores a necessidade de capacitação do professor e da equipe pedagógica. Isso fica evidenciado nos recortes:

A capacitação de ao menos um técnico (sugiro o secretário de graduação) e um docente (sugiro o coordenador de curso). Além de adequações físicas das instalações. (Coordenador do curso 15).

Possivelmente, a realização de cursos sobre os temas correlatos, ou ainda a consolidação e ampliação da comunicação entre o NAC e os diversos cursos. (Coordenador do curso 22)

Promover uma discussão sobre o assunto no âmbito da Unidade Acadêmica, de preferência com a participação de alguém do Núcleo de Acessibilidade da UFAL. (Coordenador do curso 41).

Verificamos que os coordenadores indicaram a necessidade do Núcleo de Acessibilidade (NAC) para promover ações de capacitação e qualificação profissional. Neste contexto, o NAC, desde 2013, vem promovendo cursos nesta temática direcionados a comunidade acadêmica. Já foram realizados curso de técnica de leitura e escrita BRAILLE, com foco de possibilitar que o participante conheça a escrita em braille e com isto consiga colaborar no processo de apoio à aprendizagem do aluno com cegueira; curso de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual para capacitar professores, técnicos e bolsistas que acompanhavam alunos com deficiência quanto ao uso e aplicabilidade das tecnologias assistivas; curso de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência física, voltado principalmente para o corpo técnico e docente, teve como objetivo divulgar os conhecimentos sobre acessibilidade nas áreas de arquitetura, informática e educação.

Além disso, realizamos um fórum de bilinguismo na perspectiva gesto visual, com objetivo de discutir a Educação Bilíngue com a comunidade em geral. Entre outras atividades que visam desenvolver ações que fomentem uma convivência norteada pelo respeito às diferenças na comunidade acadêmica e uma formação profissional qualificada para o atendimento da pessoa com deficiência na UFAL.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Mediante o exposto, os dados apontam para as dificuldades dos coordenadores para atender as especificidades do público alvo da Educação Especial. Após a discussão do tema, verificamos que os coordenadores participantes tinham uma noção um tanto vaga sobre educação inclusiva e recursos necessários para apoiar alunos com deficiência.

Entendemos que é fundamental a formação de coordenadores pedagógicos e do corpo docente, que a partir do apoio mútuo, se empoderem de estratégias facilitadoras que contribuam para a legítima inclusão dos universitários(as) com deficiência. Todavia, a formação não pode restringir-se à participação em cursos eventuais ou programas de pós-graduação. É necessário que se tenha uma atitude favorável com relação à temática e exige uma preparação que vai além do conhecimento científico.

Além disso, os coordenadores reconheciam que era necessário a adequação da instituição para favorecer a inclusão de universitários com deficiência que nela ingressem. Concordamos que as barreiras arquitetônicas dificultam o acesso e a permanência dos alunos com deficiências nas IES, mas evidenciamos que não é o único entrave.

Sendo assim, o coordenador pedagógico precisa ser auxiliado no processo de inclusão e não pode trabalhar isoladamente. Para tanto, o Núcleo de Acessibilidade constituem-se em um dos apoios propostos para colaborar na construção de uma UFAL mais inclusiva e tem trabalhado para que os envolvidos no processo inclusivo tenham condições de desenvolver um trabalho adequado às necessidades do aluno com deficiência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em 28 de novembro de 2015

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em 28 de novembro 2015

\_\_\_\_\_. Documento Orientador Programa Incluir - acessibilidade na educação superior SECADI/SESu-2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-)

[documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](#)>. Acesso em: 28 de novembro 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**, divulgado em 09 de setembro de 2014. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/visualizar//asset\\_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8](http://portal.inep.gov.br/visualizar//asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8)>. Acesso em 30 de setembro 2015.

CASTANHO, D. M. FREITAS, S, N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**. n. 27, p. 93-99, Santa Maria, 2006.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**, Espanha, 1994, disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro 2015.

LIRA, E. G. T. T. **A coordenação pedagógica e o processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais: um estudo de caso**. (Mestre em educação). 117 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E. P. U., 2013.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, R. P. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>. Acesso em 26 de novembro 2015.

OLIVEIRA, A. S. S. **Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES**. (Doutora em Educação). 174 f. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

PIMENTEL, S. C. ; MATOS, A. P. S ; RIBEIRO, V. ; SANTANA, L. L. ; SOUZA, M. F. A. **O acesso do Jovem com deficiência no Ensino Superior: Experiência no Recôncavo da Bahia**. Recife, 2012. Disponível em <<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-26.pdf>>. Acesso em 27 de novembro 2015.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Revista Psicologia em estudo**, v.10, n.2, p. 227-234, Maringá, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>>. Acesso em 27 de novembro 2015